

Secretária dá explicações

ADILSON RIBEIRO

Distritais, docentes e alunos pedem soluções de Maria Helena em audiência na Câmara

PAULA OLIVEIRA

Deputados distritais, professores, pais de alunos e estudantes da rede pública de ensino do Distrito Federal participaram de audiência pública com a secretária de Educação, Maria Helena Guimarães, ontem, na Câmara Legislativa. Os parlamentares e representantes dos professores e dos alunos pediram explicações à secretária sobre diversos problemas existentes na pasta, além de cobrar soluções concretas por parte do Governo do Distrito Federal (GDF). A audiência sugerida pelo deputado José Antônio Reguffe e organizada pela Comissão de Meio Ambiente durou mais de quatro horas e Maria Helena respondeu a questionamentos sobre licença-prêmio, indicação de pessoas indiciadas pela CPI da Educação para cargos na secretaria, transferência de professores que participavam de



Secretária apresentou na Câmara planos emergenciais para a melhoria do ensino público

projetos e tiveram de voltar às salas de aula e reajuste salarial.

A secretária apresentou planos emergenciais para a melhoria do ensino público do DF. "Fizemos visitas nas escolas e constatamos situações absurdas, como turmas com 57 alunos. No Recanto das Emas, por exemplo, um professor é responsável por 29 alunos, enquanto no Plano Piloto a média é de 10 estudantes para cada professor",

disse a secretária.

Entre as medidas do plano emergencial apresentado por Maria Helena estão a reativação de programas especiais, auditoria na folha de pagamento, remanejamento de professores, humanização da perícia médica e adoção de medidas para recuperação da infra-estrutura física de escolas. Segundo a secretária, os problemas que a rede pública de ensino enfrenta são resul-

tado da falta de uma gestão pública eficiente.

Maria Helena também defendeu que a escolha dos diretores de escolas deva acontecer em uma eleição mista, ou seja, a partir de análise do currículo e da escolha da população por meio do voto. Ela se mostrou ainda radicalmente contra a indicação política para os cargos comissionados da escola.

O deputado Paulo Tadeu

(PT) entregou o relatório das investigações realizadas na CPI da Educação e denunciou que três pessoas que foram indiciadas pelo processo ainda ocupam cargos na secretaria. "Esses nomes foram indicados pelo governador Arruda e eu não tinha conhecimento do caso", disse. A deputada Érika Kokay (PT) insistiu: "Os crimes pelos quais eles foram indiciados são muito graves e não podem permanecer na secretaria".

Professores da Escola Classe nº 18 protestaram contra o fechamento da biblioteca da escola por causa da transferência dos docentes que participavam do projeto. Eles apresentaram um vídeo no qual mostraram o trabalho que faziam de teatro e incentivo à leitura com os alunos e descreveram os resultados.

"Não podemos retirar professores das salas de aula para que possam participar de projetos, mas agora sei que o trabalho de vocês é um exemplo que poderá ser seguido em outras escolas", afirmou a secretária de Educação, que prometeu estudar a possibilidade de desfazer a transferência das professoras para que o projeto continue.